



RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital do **Pregão Eletrônico nº 90006/2025**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Asfalto a Frio, **IMPETRADA** pela empresa **BIOPAV ASFALTO RAPIDO E CONSTRUTORA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 24.110.720/0001-78.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



A sessão de abertura foi marcada para o dia **22/05/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **09/05/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **08 (oito) dias úteis** para a modalidade pregão, para bens comuns, conforme letra “a”, inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **19/05/2025**, registrado recebimento às **17h11min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br.

O professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Livro *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico*, faz a seguinte explanação acerca da contagem do prazo para apresentação de impugnação e exemplifica:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o dia da apresentação da proposta. O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.” (FERNANDES, J. U. Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico. 3. ed. Ver., atual. e ampl. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 539/540).

O exemplo citado pelo professor Jacoby, está com base na Lei de Licitações 8.666/93, **ora revogada**, onde o prazo era de 02 (dois) dias úteis. Já na Lei Federal 14.133/2021, **ora vigente**, o prazo estabelecido no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e prevista no item 17.1 do Edital, **são de 03 (três) dias úteis**.

No mesmo sentido do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, **o Professor LEANDRO, Raphael Gabriel**, faz a seguinte explanação acerca da contagem do prazo para apresentação de impugnação e exemplifica:

*Após a publicação do edital, caberá ao pregoeiro a atribuição de receber, examinar e decidir os pedidos de impugnações e de esclarecimentos ao edital e anexos 17. Nesse contexto, **até os 03 (três) dias úteis que antecedem o dia da abertura do certame**, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório, ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.*

*Para melhor elucidar a contagem desse prazo, tem-se o seguinte exemplo: imagine que o Pregão 01/2023, cujo objeto seja a aquisição de material de construção, tenha tido seu edital publicado no DOU de 25/07/2023, cuja sessão pública esteja agendada para o dia **04/08/2023 (sexta-feira)**. Diante disso, exclui-se o dia da abertura da contagem, sendo inelegíveis para a interposição de impugnações e esclarecimentos **os três dias úteis anteriores, os dias 03, 02 e 01**. Dessa forma, o dia limite para o exercício tempestivo do direito de petição é o dia **31/07/2023**.*

LEANDRO, Raphael Gabriel. O rito do pregão eletrônico de acordo com a Nova Lei de Licitações. Zênite Fácil, categoria Doutrina, 07 set. 2023. Disponível em: (<https://zenite.blog.br/wp-content/uploads/2023/09/pregao-lei-14133-21-raphaelgabriel.pdf>).

Transportando-se o exemplo citado pelo **Professor LEANDRO, Raphael Gabriel**, para o Pregão Eletrônico nº 90006/2025, ora impugnado, temos o seguinte:

O dia **22/05/2025** foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia útil na contagem regressiva é o dia 21/05/2025 (quarta-feira); o segundo dia útil, o dia 20/05/2025 (terça-feira); o terceiro dia útil, o dia 19/05/2025 (segunda-feira). Portanto, até o dia **16/05/2025**, último minuto do encerramento do expediente no órgão, ou seja, **às 16h00min** (item 18.10 do Edital), poderá a licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.

No caso em tela, conforme já citado, a impugnação foi apresentada no dia **19/05/2025, registrado recebimento às 17h11min**, ou seja, depois do horário de expediente do órgão, assim, já sendo considerado dia seguinte útil o dia **20/05/2025**, já considerado dia seguinte ao penúltimo dia do prazo, sendo considerada **INTEMPESTIVA**.

No entanto, apesar de **INTEMPESTIVA**, em respeito ao inciso XXXIV, letra *a*, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, irá formalizar manifestação acerca do teor da Impugnação.

2 - DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE.

Afiança a impugnante que a exigência de que as licitantes quando esta não executará qualquer serviço técnico de engenharia ou fabricação do produto, apresentem registro ativo no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), como requisito de habilitação jurídica ou técnica, revela-se desproporcional e sem relação com o objeto do certame, que é exclusivamente o fornecimento de bem industrializado, que restringe à competitividade, na medida em que exclui empresas comerciais e distribuidoras e entra em desacordo com os princípios da isonomia, razoabilidade e vinculação ao objeto da contratação, previstos na Lei nº 14.133/2021. E que na hipótese de se entender necessária a comprovação de responsabilidade técnica pelo produto, é perfeitamente possível e mais adequado que tal responsabilidade seja comprovada pela usina fabricante

3 – DO PEDIDO

- 1. O acolhimento da presente impugnação, com a consequente retirada da exigência de registro no CREA da empresa licitante;*
- 2. Alternativamente, que o edital seja ajustado para permitir que o registro e a responsabilidade técnica sejam apresentados pela usina fabricante do produto CBUQ, quando a licitante for mera revendedora.*

4 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

Bom, primeiro temos que considerar que, como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da



razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

Ademais, o Edital foi previamente chancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

A fim de subsidiar a decisão da pregoeira, considerando que os pontos impugnados são de matérias eminentemente técnicas, os autos foram remetidos a secretaria demandante para análise do mérito da peça. Por intermédio do e-mail, de 20 de maio de 2025, a área técnica assim se manifestou procedendo com a retida da exigência da apresentação de registro no CREA no anexo I (Termo de referência) do Edital nº 90006/2025.

5 – CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, a presente impugnação no mérito foi julgada **PROCEDENTE**, pelos fundamentos ora apresentados, retificando-se o anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2025, cujas alterações serão divulgadas na forma estabelecida no Edital e na legislação que rege a matéria.

Ademais, conforme prevê o item 17.5. do Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

É como decido

Itarana/ES, 27 de junho de 2025

Keyna Raíra Fiorotti Imperiano
Pregoeira Oficial
Portaria nº 070/2025